

Acesso ao novo passe social ignora filhos

O Passe Social Mais, que entra hoje em vigor, ignora a existência de filhos no cálculo do rendimento das famílias. Esta é uma das medidas que vai pesar nos bolsos dos cidadãos, a somar aos aumentos da carga fiscal ontem anunciados por Vítor Gaspar para o próximo ano. O ministro das Finanças quer as contas públicas equilibradas em 2015.

- 29 mil famílias vão perder o direito a deduções fiscais no IRS

- Consulte as simulações e saiba quanto vai pagar mais de imposto

- Redução da taxa social única vai ser mais suave do que o Governo prometeu

- Acesso às prestações sociais terá regras mais restritivas

Economia 34 a 38 e Editorial



AUSTERIDADE

29 mil famílias perdem direito a deduzir gastos em saúde, casa e escola

Alvo dos novos aumentos são os contribuintes dos dois últimos escalões do IRS, acima dos 66 mil euros anuais

FILOMENA LANÇA

Os dois últimos escalões do IRS, a partir de 66 mil euros anuais de rendimento colectável (4.750 euros mensais), vão perder completamente o direito a deduzir à sua factura do IRS as despesas com educação, saúde e habitação. No caso do último escalão, a austeridade vai ainda obrigar a uma "taxa adicional de solidariedade" de 2,5%, anunciou ontem o ministro das Finanças, durante a apresentação do documento de estratégia orçamental.

Na prática, estamos a falar de agregados com rendimentos mensais na ordem dos 4.700 euros (números redondos, já que para apurar o rendimento colectável já se deduziu ao bruto o valor das deduções específicas), que este ano ainda podiam deduzir até 1.100 euros de despesas e que deixam de o poder fazer.

As estatísticas oficiais dos impostos sobre o rendimento não permitem determinar o número de contri-

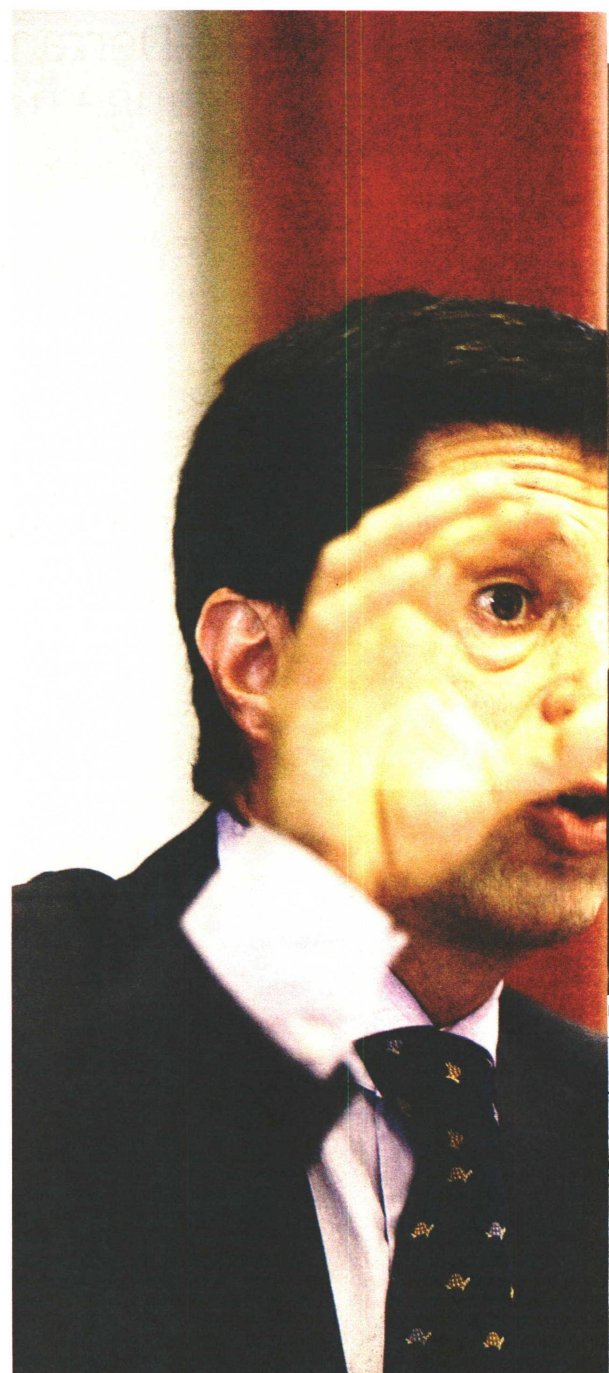
buintes abrangidos, mas números divulgados pelas Finanças, referentes a 2009, apontam para a existência de 28.963 agregados familiares com rendimento colectável superior a 64.110, que era, nesse ano, o último escalão de rendimentos – entretanto, em Abril de 2010 foi criado um novo escalão, para rendimentos colectáveis acima dos 150 mil euros, actualizados este ano para 153.300.

Destes, cerca de 29 mil agregados, os que ficarem no último escalão, além de perderem as deduções, vão sofrer um agravamento da taxa. "É uma forma mais eficaz do que tributar o património", como chegou a ser discutido nas últimas semanas, no contexto de um "imposto sobre os ricos", mas "deixa de fora os rendimentos de capitais, nomeadamente os dividendos", refere Catarina Gonçalves, da PricewaterhouseCoopers (PWC). Ou seja, os trabalhadores por conta de outrem voltam a ser servidos.

Estas medidas são compreensíveis na conjuntura, mas destroem a

estrutura conceptual destes impostos", sublinha Rogério Fernandes Ferreira. O ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais lembra que o IRS fica com um número de escalões desajustado do existente noutros países e que este imposto "implica, por natureza, deduções personalizadas, como aquelas que ora se eliminarão nos escalões superiores, assim tornando o imposto bem mais progressivo do que nominalmente as suas taxas marginais indiciam".

Osaumentos no IRS e no IRC (ver texto ao lado) deverão corresponder a uma receita "pouco inferior a 100 milhões de euros", adiantou Vítor Gaspar. Haverá ainda a somar a receita do aumento da taxa liberatória que tributa as mais-valias financeiras e que sobe de 20% para 21%. Aqui, contudo, "poderá não haver grande impacto, porque estamos a falar de tributar o saldo das mais e menos-valias" e o desempenho bolsista não tem sido dos melhores, afirma Luís Filipe Sousa, da PWC.



SIMULAÇÃO 1

CONTRIBUINTES SOLTEIROS E SEM FILHOS

Um contribuinte solteiro, com menos de 35 anos, um rendimento anual bruto de 126 mil euros (nove mil euros mensais) e que será taxado no penúltimo escalão do IRS, vai pagar no próximo ano mais 1.150 euros de imposto. A diferença reflecte o facto de deixar de poder deduzir as despesas com saúde, educação e habitação. Se o seu rendimento for mais elevado, de 180 mil euros, cai no último escalão, pelo que será também penalizado pela taxa adicional de 2,5%. Nesse caso, a diferença chegará aos 5.105 euros.

5.105 euros

Diferença do imposto a pagar em 2012 para 180 mil euros brutos

SIMULAÇÃO 2

CONTRIBUINTES CASADOS, DOIS TITULARES, SEM FILHOS

Para um rendimento de 160 mil euros brutos, auferido por dois titulares – portanto 80 mil euros cada, a uma média de 5.700 euros brutos por mês – o imposto a pagar a mais em 2012 será de 1.150 euros, por não poderem deduzir as despesas que agora lhes ficam vedadas. Se o rendimento do casal entrar no último escalão e atingir os 350 mil euros anuais brutos, então a diferença dispara para os 8.887 euros de imposto a pagar a mais em 2012, já que se aplicará a taxa adicional.

1.150 euros

Diferença do imposto a pagar em 2012 para 160 mil euros brutos

SIMULAÇÃO 3

CONTRIBUINTES CASADOS, DOIS TITULARES, DOIS FILHOS

Neste caso, também para um rendimento anual bruto de 160 mil euros, a diferença de imposto a pagar será também de 1.150 euros, o tecto que já este ano foi estipulado. Para o rendimento mais elevado, que já cai no último escalão, o valor, tal como no exemplo anterior, será de 8.887 euros. Nestas simulações, realizadas pela PWC, não é tida em conta a sobretaxa especial, que este ano será aplicada ao subsídio de Natal e que, dado o seu carácter temporário, faria distorcer os resultados finais.

8.887 euros

Diferença do imposto a pagar em 2012 para 350 mil euros brutos

Fonte: PricewaterhouseCoopers | Consulte as simulações completas e respectivos pressupostos em www.negocios.pt

Taxa social única: redução será maior

O Governo tem "sérias dúvidas" sobre a redução da taxa social única (TSU) entre 3% e 4% do PIB, como foi sugerido pelo FMI – percentagem ontem afastada por Vítor Gaspar, segundo o qual "o Governo tem sérias dúvidas

sobre a sua viabilidade". O ministro afastou também a ideia de uma redução dirigida à indústria transformadora e ao turismo, "preferida pelo Governo", por não ser compatível com as normas comunitárias. No



Miguel Baltazar

IRC Derrama estadual abrange mais empresas e sobe a 3%

Lucros tributáveis superiores a 1,5 milhões de euros vão ter de suportar taxa adiccional

A derrama estadual vai passar de 2,5% para 3% e ser estendida a mais empresas, passando a abranger lucros tributáveis superiores a 1,5 milhões de euros, enquanto actualmente a base são dois milhões. As empresas são, assim, chamadas a participar na "equidade fiscal na austeridade", como lhe chamou Vítor Gaspar. Note-se que esta derrama apenas se aplica à parte do lucro que supere o limiar de 1,5 milhões.

As estatísticas oficiais não permitem saber quantas empresas serão afectadas, mas "o impacto será significativo", afirma Catarina Gonçalves, da PWC. Afinal, "um lucro tributável de 1,5 milhões não é excepcional", mesmo nos dias que correm. E a especialista explica que a derrama estadual é uma taxa aplicada antes da dedução de prejuízos fiscais, pelo que, mesmo que estes existam e venham depois anular o imposto a pagar, "esta sobretaxa, as empresas vão pagá-la sempre".

A derrama estadual, recorde-se, é aplicada ao lucro tributável. O seu pagamento é efectuado com a entrega da declaração de rendimentos mo-

delo 22, pela diferença entre o montante apurado e os três pagamentos adicionais por conta efectuados no ano anterior. Haverá lugar a reembolso caso o montante dos pagamentos por conta exceda o valor da derrama estadual que seria devido.

"É uma medida eficaz, de aplicação imediata, que tem o problema de penalizar as empresas", acrescenta Catarina Gonçalves. Tiago Marreiros Moreira, advogado e fiscalista, admite também que "será abrangido um leque significativo de empresas" e que o efeito "poderá ser preocupante em termos de competitividade do tecido empresarial português a nível internacional", com sociedades a poderem "deixar de considerar interessante avançar com alguns investimentos".

A derrama estadual soma à taxa normal de IRC, de 25% (para os rendimentos até aos 12.500 euros aplica-se apenas 12,5%), e à derrama municipal, que anda nos 1,5%. Foi lançada no ano passado, em Junho, e não há ainda estatísticas oficiais que permitam avaliar o seu efeito em termos de receita fiscal. **FL**

SIMULAÇÃO 1

EMPRESA COM LUCROS
TRIBUTÁVEIS DE 2 MILHÕES

A diferença de imposto a pagar começa a verificar-se a partir de 1,5 milhões, já que a derrama estadual incide sobre os valores que excedam esse montante. Assim, supondo que uma empresa tem um lucro tributável de dois milhões de euros, terá a pagar, em 2012, mais 15 mil euros de imposto, uma diferença de 0,8%, o correspondente à derrama estadual que antes não pagaria por não estar abrangida. Esta somar-se-á agora à derrama municipal, de 30 mil euros, e à colecta de IRC, assumindo que não há prejuízos a reportar.

15 mil euros

Diferença do imposto a pagar em 2012 para um lucro de dois milhões

SIMULAÇÃO 1

EMPRESA COM LUCRO
TRIBUTÁVEL DE 2,5 MILHÕES

Se a empresa registar um lucro tributável de 2,5 milhões de euros, valor a partir do qual agora já tinha de pagar derrama estadual, o aumento no total de imposto a pagar será de 0,7%, num valor de 17.500 euros. Também aqui haverá a suportar uma derrama municipal de 37.500 euros. E, num cenário em que a empresa apresente um prejuízo fiscal de, por exemplo, 3.000 euros, continua a ter de suportar a derrama, tendo de pagar 67.500 euros, contra os 50 mil que teria de suportar este ano, com uma taxa de 2,5%.

17.500 euros

Diferença do imposto a pagar em 2012 para um lucro de 2,5 milhões

Segurança Social Prestações vão ser mais restritivas

Pensões superiores às mínimas sofrem cortes ou congelamento até 2013

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt

A estratégia de aplicação de uma condição de recursos não vai estender-se apenas a mais prestações não contributivas. O documento de estratégia orçamental ontem apresentado também prevê a criação de "regras" em algumas prestações do regime contributivo de forma a "garantir um acesso socialmente justo aos recursos disponíveis".

Em causa estão dois tipos de apoio completamente diferentes. Se a aplicação da condição de recursos às prestações não contributivas é mais pacífica, já que estas são financiadas pelos impostos das outras pessoas, existindo uma lógica de solidariedade, mais polémico é o seu alargamento às que são financiadas pela taxa social única. É que, neste segundo caso, a lógica não é de solidariedade, mas antes de seguro social.

O subsídio de desemprego, a baixa por doença, as prestações de parentalidade estão entre os apoios contributivos, que também incluem a protecção na velhice (pensões) ou na morte. O Governo não tem escondido a intenção de limitar as pensões mais altas, por exemplo.

O documento prevê, ainda, que a condição de recursos seja alargada a mais prestações não contributivas. Uma das mais importantes – e das poucas que ainda está de fora – é o complemento que garante a formação das pensões mínimas. Questionado sobre os apoios em causa, o Governo remeteu detalhes para a apresentação do Orçamento do Estado.

Pensões baixas sobem em 2013, restantes sofrem corte em 2012

Certo é que as pensões sociais e rurais vão ter actualizações ao nível da inflação não só em 2012, mas também em 2013. O Governo prevê que a inflação se situe em 2,3% e 1,4%, respectivamente.

O documento ontem divulgado também vem confirmar que, em contrapartida, todas as pensões superiores a 1.500 euros – sejam do Estado ou do privado – deverão sofrer um corte de entre

3,5% e 10%, à semelhança do que foi aplicado à Função Pública. Paralelamente, o Governo elimina o corte que este ano vigorou para pensões superiores a 5.000 euros.

As pensões superiores às mínimas e de até 1.500 euros ficam congeladas até 2013.

O objectivo é garantir um acesso socialmente justo aos recursos disponíveis.

GOVERNO

IDEIAS-CHAVE

OUTRAS MEDIDAS PREVISTAS NA SEGURANÇA SOCIAL

SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

O valor máximo desce, o prazo é limitado a 18 meses, e os casais desempregados serão majorados, tal como estava previsto. Mas o documento "esquece" o alargamento do subsídio de desemprego aos independentes.

REESTRUTURAÇÃO DE DÍVIDAS

O Governo afirma que quer tomar as medidas necessárias para autorizar a administração fiscal e a segurança social a utilizar uma maior variedade de instrumentos de reestruturação, baseados em critérios claramente definidos. O objectivo é "rever a legislação" com o objectivo de remover impedimentos à reestruturação voluntária de dívidas.

1.800 MILHÕES EM APOIOS

O corte nas pensões deve permitir poupar 1.020 milhões em 2012 e quase 900 milhões em 2013.

s lenta

final, Vítor Gaspar sinalizou que esta é "uma medida inovadora" e por isso se "aconselha prudência". Será "lançada em 2012 para prosseguir em 2013", avisou.



Especial Austeridade

Desvio colossal de 2011 atingiu os 2.500 milhões de euros

Buraco orçamental foi todo tapado com mais receita. Até 2015, Gaspar promete cortes na despesa suficientes para atingir um défice próximo de zero

PEDRO ROMANO promano@negocios.pt

O famoso “desvio colossal”, que levou o ministro das Finanças a apresentar uma série de medidas de aumento da receita, acabou por ser, afinal, superior àquilo que tinha sido anunciado. Entre cortes de despesa que não surtiram efeito e encargos extraordinários, como a factura do BPN, o buraco orçamental atingiu os 2.500 milhões de euros em 2011 – cerca de 1,5% do PIB.

O “rombo”, cerca de 500 milhões de euros mais profundo do que foi previsto em Junho, foi “tapado” exclusivamente com recurso à receita. O documento de estratégia orçamental, ontem revelado pelo ministro das Finanças, é claro: o imposto especial sobre o subsídio de Natal, revisão das taxas de IVA, atribuição de concessões e transferência de fundos de pensões da banca foram as únicas medidas adoptadas para impedir o descalabro.

Ontem, contudo, Gaspar recusou a ideia de que o Governo esteja a voltar a bater na tecla do aumento da receita para cortar no défice. Apresentou os números – segundo os quais os gastos vão passar de 50,6 para 48,5% do PIB já este ano – e anunciou a intenção de levar o aperto de cinto ainda mais longe do que o próprio FMI exige.

Até 2013, os dois planos coincidem. Governo e troika querem que a despesa pública em percentagem do PIB atinja os 45,9%, um valor ao nível do que se verificava em 2008, mas

que suficiente para voltar a arrastar o défice para o limite dos 3%.

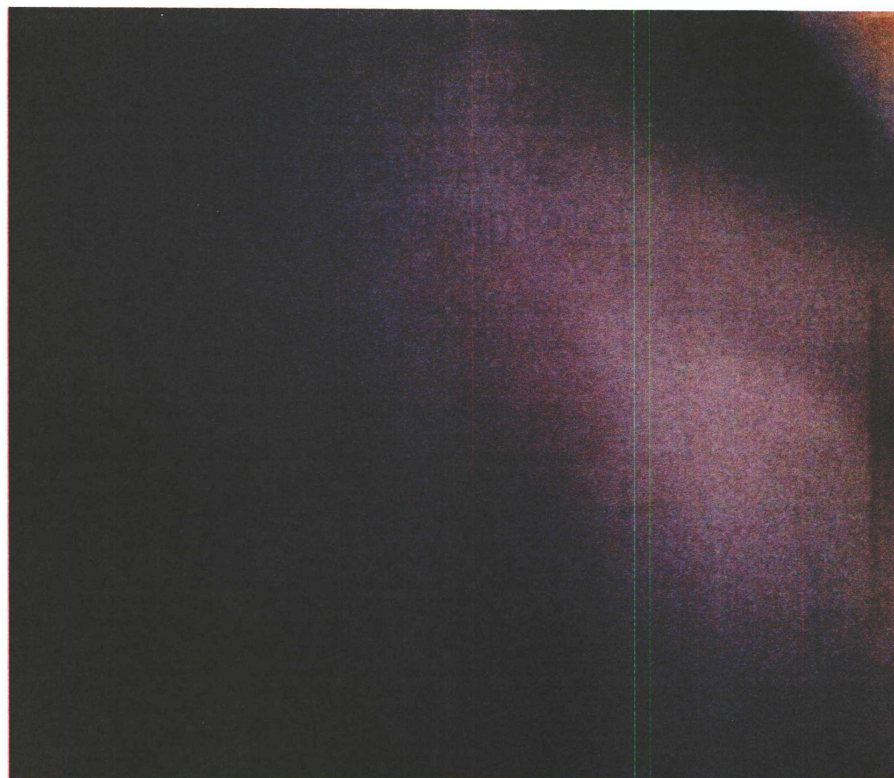
A partir daí, e já sem a tutela do programa de ajustamento, Gaspar propõe que o esforço se mantenha, reduzindo-se a despesa até aos 43,5% em 2015. O “aperto” adicional tem um objectivo: fazer com que Portugal fique perto do equilíbrio orçamental, uma meta que está agora consagrada em forma de lei (é uma necessidade imposta pela nova Lei de Enquadramento Orçamental) e que nunca, em democracia, foi atingida. Tal como uma redução de 7% do PIB na despesa só em cinco anos.

Ao longo deste período, o peso da receita mantém-se relativamente estável no PIB. Apesar de haver aumento de impostos, seja via deduções, seja pelo ajustamento do IVA, a receita adicional será apenas utilizada para contrabalançar o facto de deixarem de estar disponíveis algumas receitas extraordinárias.

Défice externo cai a pique

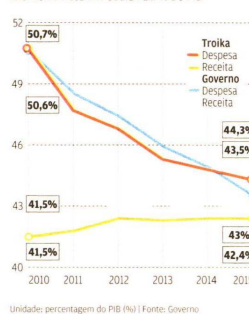
No cenário macroeconómico, o documento ontem apresentado não traz muitas novidades. O PIB vai cair em torno dos 4% ao longo dos próximos dois anos (ver quadro à direita), com o desemprego a ultrapassar os 13%.

A nota de maior destaque vai para o défice externo, que o Governo espera reduzir até aos 2,7% em 2013 e para 1,2 em 2015. Um corte impressionante, tendo em conta que ainda há poucos anos o desequilíbrio ascendia a 10% do PIB.



Ministro confirma ambição | Vítor Gaspar confirmou ontem a intenção de ir além dos objectivos, já de si ambiciosos, da troika.

DESPESA CAI, RECEITA MANTÉM-SE



O Governo não conseguiu atingir as metas de redução de despesa fixadas com a troika, mas promete agora um esforço de consolidação adicional. O objectivo é o de colocar os gastos abaixo da fasquia dos 44% do PIB em 2015 e fazer com que o orçamento fique equilibrado.

ECONOMIA CAI EM 2012

Rubrica	Variação (%)
PIB	-1,8
Consumo Privado	-3,3
Consumo Público	-6,5
Investimento	-5,6
Exportações	6,4
Importações	-1,3
Taxa de Desemprego (%)	13,2
Défice externo (% PIB)	-4,3

Fonte: Governo

Madeira Gaspar quer plano de ajustamento “à FMI”

PEDRO ROMANO
promano@negocios.pt

O ministro das Finanças admitiu ontem a intenção de aumentar o controlo sobre o Orçamento da Região Autónoma da Madeira. Depois de o arquipélago ter voltado a entrar em derrapagem, Vítor Gaspar anunciou que o caminho pode passar por um programa de ajustamento “insular”, à semelhança daquele que já foi negociado entre o Estado central e a troika.

A “gota de água” terá sido a notícia avançada ontem pelo “DN”, e confirmada ao **Negócios** pela Comissão Europeia, de que o desvio orçamental encontrado nas contas madeirenses não é de 277 milhões de euros, conforme revelado pela troika há duas semanas, mas sim de 500 milhões. Em causa estão dívidas de uma empresa do Governo Regional (Estradas da Madeira) e “um acordo abortado de parceria público-privada”.

Ontem, e sempre em estilo contido, Gaspar reafirmou a “desejabilidade de a Região Autónoma, por sua iniciativa, se disciplinar

para estabelecer um programa [de ajustamento financeiro] semelhante ao que já existe para a República”. “E tenho indicações seguras de que a Região Autónoma está inteiramente disponível para participar neste esforço”, afirmou.

O “caso particular” da Madeira não é novo. Aquando da visita da troika, Jürgen Kroeger, da Comissão Europeia, avançou em primeira mão a existência de desvios – apenas 277 milhões, na altura –, disse que eram necessárias “algumas mudanças de governação na Madeira” e foi o primeiro a abrir as portas a um programa de consolidação específico para a ilha.

O mal-estar subiu de tom por o desvio ter resultado de uma opção deliberada do Governo madeirense. Pouco depois de identificado o deslize, foi o próprio presidente do Executivo regional a dizer que os números não eram novidade. “Para defender o povo madeirense, a alternativa às medidas do anterior Governo, que visavam parar a vida do arquipélago, foi a de não nos rendermos, resistir, mesmo à custa do aumento da dívida pública”, disse.



Miguel Baltazar

Saúde poupa mais 200 milhões do que o acordado para 2012

MARLENE CARRIÇO

O ministro Paulo Macedo vai poupar, no próximo ano, mais 200 milhões de euros do que o previsto no memorando da troika. Ao todo, o Governo espera gastar menos 849 milhões de euros em 2012 nas despesas com a saúde.

No memorando de entendimento pode ler-se que os gastos no sector da saúde têm que cair 550 milhões de euros em 2012, aos quais se junta a poupança de 100 milhões com os sistemas públicos de saúde. Agora, de acordo com o documento de estratégia orçamental, o objectivo é poupar 0,5% do PIB em 2012, ou seja, 849 milhões de euros.

O **Negócios** tentou saber junto do Ministério da Saúde a que se fica a dever este acréscimo da poupança, mas não obteve resposta até ao fecho da edição.

Contudo, uma parte da poupança adicional pode ser explicada pela

antecipação dos cortes nos custos operacionais nos hospitais de 2013 para 2012, como explicou fonte oficial (ver caixa ao lado). Logo aqui serão cerca de 100 milhões de euros a menos que saem dos cofres públicos. A esta podem-se somar outras medidas, que mostram que o ministério de Paulo Macedo está a ir "além" do exigido pela troika, como o corte do preço pago às clínicas privadas.

A estas medidas vão ainda juntar-se outras que afectarão directamente o bolso dos portugueses: o aumento das taxas moderadoras, a revisão das isenções e a alteração ao sistema de comparticipação de medicamentos. O ministro da Saúde já disse que haverá mexidas "substanciais" na área do medicamento até ao final do ano. O aumento das taxas moderadoras e a revisão das isenções serão conhecidos este mês.

Em 2013, o Governo compromete-se a poupar mais 50 milhões do que o acordado com a troika.

HOSPITAIS

CORTE SERÁ O DOBRO DO PREVISTO EM 2012

Em Julho, na preparação da contratualização para 2012 com os hospitais, o ministério tomou como obrigatória a redução dos "custos operacionais em pelo menos 5% face a 2011". Porém, "os desenvolvimentos ocorridos desde então (...) aconselham medidas mais exigentes", o que levou o Governo a duplicar a meta de redução para, pelo menos, 11%. O despacho ontem publicado diz que esta alteração se deve "à redução do plafond de financiamento global do SNS no Orçamento de 2012", porém, questionado pelo **Negócios**, fonte oficial do Ministério da Saúde disse que "atendendo ao esforço que era exigido na última tranche [em 2013], de cerca de 500 milhões de euros, entendeu o Governo desenvolver um modelo de distribuição do esforço mais equitativo no tempo".

Governo admite mexer em cortes salariais e suplementos

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt

Os cortes salariais da Função Pública, que rondam em média os 5%, vão-se manter nos próximos dois anos, "eventualmente com os aperfeiçoamentos considerados necessários", estabelece o documento de estratégia orçamental até 2015, ontem apresentado pelo Governo. Essa não será a única decisão com implicações nos níveis salariais. Está prevista a "revisão" de suplementos remuneratórios, a revisão ou extinção das carreiras e categorias (que ainda está por fazer) e a "racionalização das horas extraordinárias".

Os dados que constam do próprio documento dão uma ideia da importância da medida: no ano passado, o Estado gastou 762 milhões de euros com abonos variáveis ou eventuais, o que equivale a 7% do que foi gasto com remunerações certas e permanentes.

Mas para a redução de cerca de 1.376 milhões de euros em despesa do Estado no próximo ano o Governo também conta com o reforço

da meta de redução de funcionários.

Governo falhou meta... que ninguém conhecia

Ontem, o ministro das Finanças surpreendeu ao anunciar que se previa uma redução de 3,6% no número de funcionários na administração central só este ano (mais de 18 mil), uma meta que não tinha sido publicamente quantificada. O ministro referiu, por outro lado, que a redução foi de apenas 0,9% até Junho (cerca de 4.600 face aos 512 mil do final de 2010), quando os dados oficiais da DGO mostram que o número de aposentações já superou este número (sendo de cerca de 6.500). Os dados sugerem que o Governo abriu generosas excepções ao congelamento das admissões.

Foi desta forma que o ministro justificou o aumento da meta de redução de funcionários da Administração Central, de 1% (cerca de 5 mil) para 2% ao ano (cerca de 10 mil), entre 2012 e 2014. Isto apesar do documento admitir a admissão de novos fun-

cionários. E a redução poderá ser ainda maior, já que as metas são "indicativas". O Governo conta com as aposentações e com um futuro programa de rescisões amigáveis - em relação ao qual o documento é omissivo. Mas não só: os contratados serão dispensados e numa altura em que o Governo avança para um novo programa de reestruturação da administração central anuncia que vai rever a lei da mobilidade especial, facilitando o recolocação dos chamados "excedentários". Confirmando está ainda um "plano abrangente" para fomentar a mobilidade "até ao final do ano".

Uma das novidades no controlo de pessoal é o facto de passarem a ser estabelecidos limites máximos por ministério, tanto ao nível do número de funcionários, como de despesa com pessoal.

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, já admitiu que as pessoas que não tenham contrato de funções públicas serão despedidas. Nesta situação estão muitos dos que trabalham em fundações e associações.

Empresas públicas Salários nivelados aos da Função Pública

Reduzir o número de empresas públicas. Fazer convergir as tabelas salariais dos seus trabalhadores com a Função Pública. Cortar investimentos e racionalizar serviços. Redimensionar quadros de pessoal. Reduzir endividamento. Os objectivos estão traçados, mas não quantificados.

O Governo quer fazer isto tudo no sector empresarial do Estado (SEE) e promete para final de Setembro o programa de reestruturação das empresas públicas. Todos os ministérios estão, aliás, a verificar as empresas e institutos que tutelam para ver onde se pode cortar. Foi isso que já levou o Ministério do Ambiente a anunciar a intenção de extinguir a Parque Expo, a Arco Ribeirinho Sul e a Frente Tejo.

Fica agora determinado, no âmbito do documento de estratégia orçamental, ontem conhecido, que o Governo quer reduzir em 20% o número de empresas integradas nas carteiras da Direcção-geral de Tesouro (DGTF) e da Parpública. Só o Tesouro tinha, no final de 2010, 94 empresas. Já a Parpública tinha no seu perímetro mais de 60 socieda-

Registrar-se-á uma redução significativa dos níveis de actividade de muitas empresas de diversos sectores.

DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA ORÇAMENTAL

des no final do primeiro semestre deste ano. A redução será feita por venda, fusão ou extinção.

Além desta redução, o Estado quer reduzir planos de investimentos e racionalizar serviços públicos, o que irá conduzir a "uma redução significativa dos níveis de actividade de muitas empresas", levando à redução de pessoal. Não são quantificados nem referidos os serviços afectados. Outra medida para o SEE é fazer convergir os níveis salariais com os da Função Pública até 2015. O que vai obrigar à renegociação de acordos de empresa. **AM/IA/EG**



POLÍTICA SOCIAL

Novo passe social ignora existência de filhos no cálculo do rendimento

Famílias têm acesso se tiverem menos de 545 euros brutos por “sujeito passivo”

Cátia Barbosa



A medida social de Álvaro Santos Pereira | A oposição queria ouvir as explicações do ministro da Economia no Parlamento, mas o PSD chumbou o pedido.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
MIGUEL PRADO
catarinapereira@negocios.pt

O novo Passe Social Mais, criado para atenuar o impacto da subida do preço dos transportes e que se aplica a partir de hoje, ignora a existência de filhos no cálculo do rendimento da família. Esta decisão é contraditória com a que foi tomada para a maioria dos apoios sujeitos a condição de recursos. E desafia a filosofia pró-natalidade do Executivo, que, no Programa de Governo, prometeu inclusivamente submeter as decisões tomadas em Conselho de Ministros a um “visto familiar”.

Desta forma, uma pessoa que viva sozinha, sem filhos, e que ganhe 540 euros por mês tem direito ao Passe Social Mais. Mas se receber 550 euros e tiver duas crianças, já perde esse direito.

E para evitar este tipo de situações que a generalidade dos restantes apoios sociais sujeitos a condição de recursos consagram a chamada “capitação”, que, na prática, protege as pessoas com filhos no acesso aos apoios.

Assim, no caso do subsídio so-

cial de desemprego, do rendimento social de inserção, do abono de família, do acesso gratuito a transporte não urgente de doentes ou da isenção de taxas moderadoras para desempregados, o rendimento dos adultos é dividido pelo número total de membros do agregado, crianças incluídas, o que beneficia famílias com filhos.

Neste caso, o Governo tinha já anunciado que o rendimento seria apenas dividido pelo número de sujeitos passivos, ou seja, com rendimentos sujeitos a IRS. Num documento a que o **Negócios** teve acesso é inclusivamente explicado que o modelo de IRS só permite ter dois sujeitos passivos.

Rendimento considerado é bruto
Assim, se a família tiver apenas um sujeito passivo, terá que apresentar um rendimento anual inferior a 7.629,86 euros. Se a família tiver dois sujeitos passivos, o limite é de 15.259,72 euros. Os valores são brutos. Tendo em conta que o desconto para a Segurança Social é de 11%, isto significa que o novo passe só chega a pessoas que levem para casa menos de 500 euros por mês.

Quem apresentar estas condi-

ções tem direito a descontos que oscilam entre os 24% e os 29%. Mas os preços reduzidos não se aplicam a todos os passes. O Passe Social Mais deixa de fora quem só utilize uma empresa ou alguns passes combinados (ver perguntas e respostas).

O Ministério da Economia afirmou ao **Negócios** que deverá estar abrangido um quinto das pessoas que pedem passe, mas não concretizou o número.

Filas de mais de uma hora

Ontem, a afluência às bilheteiras e as dúvidas geraram filas de mais de uma hora, de acordo com a informação das televisões. Silva Rodrigues, presidente da Carris, lembra que foram anunciados mais locais para pedir o passe.

Confrontado com os alertas para a possibilidade de fraude, o responsável garante que haverá controlo. “Fraude pode sempre existir, como em qualquer situação. Mas os passes são nominais. Por outro lado, os operadores têm acções de fiscalização”, afirma ao **Negócios**, salientando que o controlo será “reforçado” dentro das “limitações” existentes.

Os descontos
chegam
aos 29% mas
não abrangem
todo o tipo
de passes.

Quem já comprou
o passe para
Setembro
ou Outubro
não tem direito
a troca
ou devolução.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

QUE PASSES ESTÃO ABRANGIDOS?

A obtenção de desconto será possível nos combinados Carris/Metro e nos títulos L1, L12, L123 e 12, 23 e 123 (no caso de Lisboa) e nos passes Andante desde o Z2 ao Z9 (na região do Porto). Desta forma, não terá desconto quem compre o passe de apenas um operador ou quaisquer outros combinados além dos acima referidos.

QUAIS AS VANTAGENS?

O Passe Social Mais dá descontos entre os 24% e os 29% face aos tarifários em vigor. Em Lisboa, as bonificações vão de 9,45 a 18,35 euros por mês. No Porto, os descontos oscilam entre 7,1 e 21,5 euros mensais.

QUAL A VALIDADE?

O passe fica disponível a 1 de Setembro e quem o obtenha beneficiará dos seus descontos durante 12 meses.

QUEM PODE BENEFICIAR?

Todos os elementos de agregados familiares cujo rendimento médio mensal por “sujeito passivo” não exceda 544,99 euros brutos. Os filhos de um casal nesta situação podem também beneficiar, desde que constem como dependentes na declaração de IRS dos pais.

SÓ QUEM ENTREGA IRS TEM DIREITO?

Não. Os cidadãos dispensados de apresentação da declaração de IRS também podem beneficiar.

O QUE É PRECISO FAZER PARA ACEDER AO PASSE SOCIAL?

É necessário ir às bilheteiras do operador de transporte e preencher um formulário, com cópia do Cartão do Cidadão/BI, cópia do cartão de identificação fiscal (contribuinte), a última declaração de IRS e respectiva nota de liquidação. Para quem esteja isento de IRS, é necessária uma declaração da Segurança Social provando que o cidadão é beneficiário de uma prestação social.

E SE JÁ TIVER COMPRADO O PASSE PARA SETEMBRO?

Ainda que reúna as condições para o Passe Social Mais, quem já tiver comprado os títulos para Setembro ou Outubro não terá direito a nenhuma devolução do dinheiro ou da diferença para o preço do novo passe.